



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITARIO DE ANANINDEUA  
FACULDADE DE HISTÓRIA

ADRIANE ALINE SOARES DA SILVA

**OS DISCURSOS SOBRE OCUPAÇÃO DE TERRAS: DISPUTAS NA FRONTEIRA  
ENTRE PARÁ E MARANHÃO (1840- 1852)**

ANANINDEUA  
2021

ADRIANE ALINE SOARES DA SILVA

**OS DISCURSOS SOBRE OCUPAÇÃO TERRAS: DISPUTAS NA FRONTEIRA  
ENTRE PARÁ E MARANHÃO (1840-1852)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado para obtenção do grau de licenciatura em História, pela Universidade Federal do Pará, Faculdade de História.

Orientadora: Dr<sup>a</sup> Sueny Diana Oliveira de Souza

ANANINDEUA

2021

ADRIANE ALINE SOARES DA SILVA

**OS DISCURSOS SOBRE OCUPAÇÃO DE TERRAS: DISPUTAS NA FRONTEIRA  
ENTRE PARÁ E MARANHÃO (1840-1852)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de História, Campus Ananindeua, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção de Licenciatura em História.

Data da Aprovação: 29 / 03 / 2021

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dr<sup>a</sup>. Sueny Diana Oliveira de Souza  
Orientadora – UFPA

---

Prof. Me. Alexandre Souza Amaral  
Examinador Externo – UNIFAP

---

Prof. Me. Anderson Alexandre Cruz Vilhena  
Examinador Interno – UFPA

Ananindeua, PA  
2021

## RESUMO

Analisar um discurso é tentar expor seus elementos internos e externos de produção. Os discursos produzem sentidos que podem revelar ideologias e significações individuais, bem como se projetam no mundo por meio de práticas simbólicas. Desta forma, os discursos políticos sobre distribuição e uso da terra em meados do século XIX, poderiam afetar o modo de sobreviver de que não se encaixava nessas perspectivas. Nesse contexto a fronteira entre Pará e Maranhão era delimitada pelo rio Turiaçu, porém abrangia para os habitantes daquelas redondezas um recorte territorial maior, pois incluía uma rede de relações sociais. Nesse sentido a existência de conflitos se mostra nos discursos oficiais sobre colonização, revelando ideias conservadores, liberais, e o combate às ações de determinados grupos sociais. Sendo a distribuição e formas de uso da terra elementos de destaque; o contexto de discussões sobre propostas para a criação da lei de terras, produz discursos que evidenciam influencias sociais, econômicas e políticas.

**Palavras-chave:** Discurso. Colonização. Fronteira. Turiaçu.

## RESUMEN

Analizar un discurso es tratar de exponer sus elementos internos y externos de producción. Los discursos producen significados que pueden revelar ideologías y significados individuales, así como proyectarse en el mundo a través de prácticas simbólicas. De este modo, los discursos políticos sobre la distribución y el uso de la tierra a mediados del siglo XIX podían afectar a la forma de supervivencia de quienes no encajaban en estas perspectivas. En este contexto, la frontera entre Pará y Maranhão estaba delimitada por el río Turiaçu, pero para los habitantes de esos alrededores abarcaba un corte territorial mayor, ya que incluía una red de relaciones sociales. En este sentido, la existencia de conflictos se muestra en los discursos oficiales sobre la colonización, revelando ideas conservadoras y liberales, y la lucha contra las acciones de ciertos grupos sociales. Siendo la distribución y las formas de uso de la tierra elementos destacados; el contexto de las discusiones sobre las propuestas de creación de la ley de tierras, produce discursos que evidencian influencias sociales, económicas y políticas.

**Palabras clave:** Discurso. Colonización. Frontera. Turiaçu.

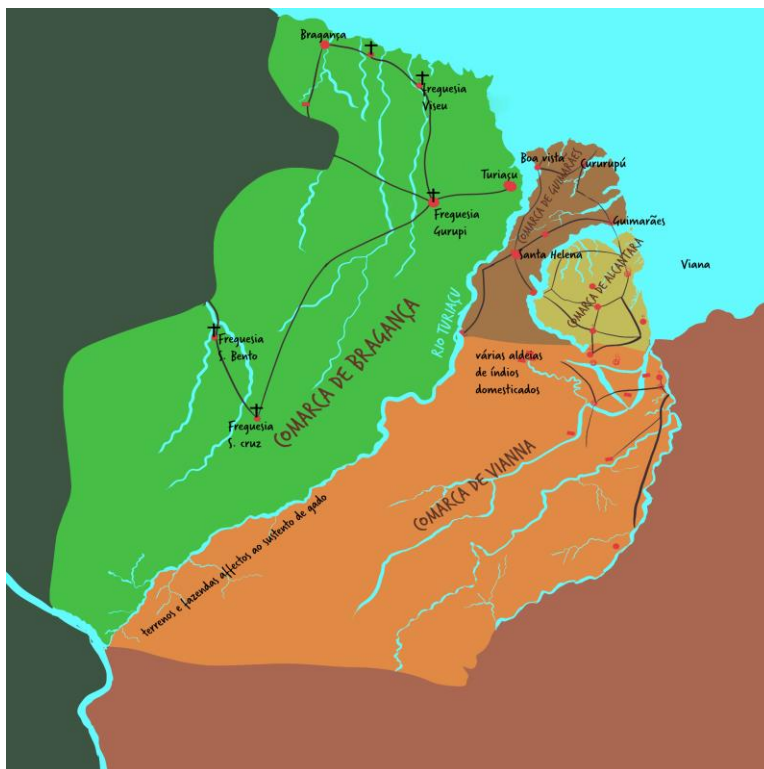
## SUMÁRIO

1. O ESPAÇO DA FRONTEIRA: ENTRE OCUPAÇÃO E DISCURSOS.....	4
2. A IMPORTÂNCIA DOS DISCURSOS.....	7
3. A FRONTEIRA, SEUS HABITANTES E A DIVERSIDADE.....	9
4. O DISCURSO DE COLONIZAÇÃO E A OCUPAÇÃO DE TERRAS.....	12
5. QUILOMBOLAS, INDÍGENAS E SUAS ATIVIDADES.....	20
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27

## 1. O ESPAÇO DA FRONTEIRA: ENTRE OCUPAÇÃO E DISCURSOS

A fronteira entre Pará e Maranhão durante os anos de 1840 e 1852 era delimitada pelo rio Turiaçu, sendo a margem direita maranhense e esquerda paraense, porém abrangia para os habitantes das proximidades do rio um recorte territorial maior que o estabelecido limite provincial. Existia uma rede de relações sociais e econômicas entre os sujeitos que ocupavam o lado esquerdo do rio com as regiões vizinhas do lado direito (ver figura 1); ao longo do norte do rio até sua desagua nas proximidades da comarca de Guimarães no Maranhão. Apesar de uma potencial riqueza natural dessa zona fronteiriça os conflitos de interesses no uso e ocupação da terra sempre foi o principal embargo para seu completo desenvolvimento pois, além de não haver uma lei para reger as questões sobre propriedade de terras, havia pouco interesse provincial de assistencialismo por conta da distância da capital para Turiaçu. Mesmo a sede da comarca de Bragança sendo mais próxima<sup>1</sup>, ainda era demorado ou negligenciado a assistência.

figura 1- Representação do Mapa da região fronteiriça baseado nos mapas de 1850



Fonte: Autoral

<sup>1</sup> A região de Turiaçu pertencia ao território da comarca de Bragança que tinha como sede a vila de mesmo nome.

Alguns pesquisadores em suas análises ajudam a esclarecer a situação dessa região e seus sujeitos. Ao discorrer sobre o processo de ocupação dessa zona fronteiriça de Turiaçu no final do século XVIII e início do XIX, Souza discorre

Aquela região, além de se localizar na fronteira entre o Pará e o Maranhão, portanto longe dos ideais “civilizados” das capitais de Belém e São Luiz, agregou sujeitos de diversas etnias e interesses, que estabeleceram sociedades a margem dos propósitos do governo (SOUZA, 2016, p.85)

Tais sujeitos se caracterizam por serem negros quilombolas, grupos indígenas não catequizados, contrabandistas, ou mesmo pequenos posseiros; ocasionando conflitos pela diversidade de interesses, sobretudo pelo o uso da terra, no qual aqueles que não se encaixavam na perspectiva governamental eram marginalizados. Praticar cultivo de produtos diferentes, buscar meios comerciais e sociais mais vantajosos para sobreviver muitas vezes eram combatidos por não gerar renda tributária para o governo, simbolizando assim perdas.

Esses variados sujeitos vindos de ambas capitanias, proporcionavam para a região uma particularidade na dinâmica social local, e transitavam ora na margem paraense ora na maranhense do rio Turiaçu. É evidente essa dinâmica quando se trata dos campos de uso comum, predominante nas paragens da comarca de Viana, que eram livres para pastagem do rebanho e, eram usados no lado maranhense nas épocas chuvosas e no lado paraense no verão, quando os campos maranhenses ficavam secos; como pontua o senador pelo Maranhão C. Ferreira

Esses campos estão à direita do Turiassú; da parte esquerda pertencem os campos hoje em dia à nação. Esses campos, chamados da Chapada, hoje ficam em terra, ficam secos, não se encontra neles um só capim verde; os gados passam para o lado esquerdo do Turiaçú. (LIVRO 2, 1847, p.125)

A respeito dos sujeitos que direcionavam interesses para essa região, a pesquisa de Flávio Gomes demonstra as particularidades sociais que englobam essa área fronteiriça,

Quilombolas, fugitivos e depois colonos e camponeses fizeram suas próprias fronteiras[...]Tais fronteiras foram marcadas por inúmeras experiências de lutas, alianças, resistências e conflitos. Enquanto as autoridades e políticos discutiam as fronteiras, os quilombos multiplicavam-se na região (GOMES, 1997, p.201)

O autor aborda sobre os quilombos dessas regiões, sua forte organização e influência econômica ou social. A presença indígena também foi muito forte, a exemplo das diversas demandas por criação de missões, e a importância dos raros estabelecimentos a margem dos rios que eram geralmente de morada indígena, que

serviam de ponto de apoio para viajantes. O uso das terras e as fronteiras estabelecidas nas ocupações representa muito mais que abrigo para subsistência, é também sociabilidade, participação na economia local e simbologia de liberdade cultural (GOMES, 1997, p.135 a 136).

Muitos discursos produzidos em meados do século XIX sobre ocupação de terras demonstram diferentes concepções sobre formas “corretas” de produção e distribuição, bem como a predominância dos ideais inerentes às experiências dos sujeitos mais abastados. Tais concepções se mostram mais evidentes nos anais do senado e na câmara dos deputados, quando se debatem as propostas do projeto de colonização. Dentre os discursos é possível depreender alguns olhares sobre a terra; encontrando ideias com tendências mais liberais ou monarquistas

Uma leitura dos debates parlamentares revela um conflito entre duas diferentes concepções de propriedade da terra e de política de terras e de trabalho -concepções estas que representavam uma maneira moderna e outra tradicional de encarar o problema. (COSTA, 1999, p.171)

Sendo a colonização e formas de uso da terra, não os únicos, mas fatores de destaque a serem analisados aqui. O contexto de discussões sobre propostas para a criação da lei de terras, ocasionou a construção de discursos que podem evidenciar influências e sentidos ideológicos ou individuais dos sujeitos que o produzem. Por essa razão o objetivo de usar as falas e textos dessa época é principalmente tentar compreender quais discursos eram veiculados, por quem eram e quais suas motivações; dentro do recorte temporal deste trabalho (1840-1852), também tentar reconstruir e interpretar um contexto referente ao espaço fronteiro entre o Pará e Maranhão.<sup>2</sup>

Das ideias dos autores citados até aqui podemos depreender que a região compreendia grupos sociais não isolados, que participavam da economia, de conflitos e alianças políticas para manter seus interesses independentes dos governos provinciais. Por outro lado, os elementos presentes nos discursos oficiais possibilitam estudos para compreensão dos tipos de ocupação e economia almejada pelas autoridades e, quais as suas representações em contraste com uma possível realidade histórica social que cada grupo ocupava naquela região ao longo do rio

---

<sup>2</sup> A proposta não está direcionada a todos discurso do recorte temporal, mas a alguns da câmara dos deputados, e do senado.

Turiaçu; interpretando quais contribuições desses sujeitos foram favoráveis para desenvolver aquelas localidades.

A pesquisa analisou anais dos parlamentares e os seguintes documentos do Pará e Maranhão: relatórios dos presidentes das províncias dos anos de 1840 a 1852; e algumas publicações de jornalísticas. Buscando contribuir para o aprofundamento de conhecimentos das formas culturais existentes no Brasil oitocentista, onde a propriedade privada era predominante, possibilitando uma reflexão sobre a geografia e sociedade atual como um resultado de seu processo histórico.

## 2. A IMPORTANCIA DOS DISCURSOS

Analisar discurso é tentar expor elementos de produção interno e externo de um texto ou uma fala. Considerando que ele foi construído dentro de um contexto histórico e social, possuindo suas significações ideológicas, que se projetam materialmente no mundo. Segundo Orlandi (2009), o discurso é um processo em curso, pois a construção da linguagem de sentidos e das interpretações estão em constante mudança. Por isso a análise do discurso procura compreender o texto como um objeto linguístico-histórico

Ele não é um conjunto de textos mas uma prática. É nesse sentido que consideramos o discurso no conjunto das práticas que constituem sociedades na história, com a diferença de que a prática discursiva se especifica por ser uma prática simbólica. (ORLANDI, 2009, p.71)

Uma sociedade é constituída por práticas simbólicas, uma vez que as ações são geridas por interpretações da linguagem que foi gerada por um prática discursiva. As coisas funcionam de determinada forma porque a sociedade interpreta de acordo com seus simbolismos vigentes, são práticas que se relacionam com a memória, muitas vezes de forma inconsciente. Segundo Chartier “A leitura não é somente uma operação abstrata de intelecção: é por em jogo o corpo, é inscrição num espaço, relação consigo e com o outro.” (1991, p.181)

Analisar os textos dos jornais e as falas registradas em anais parlamentares é, trabalhar com elementos que foram oficialmente registrados e produzidos por indivíduos privilegiados daquela sociedade

Assim a primeira coisa a observar é que a análise de discurso não trabalha com a língua enquanto sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de

sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade (ORLANDI, 2009, p.15-16)

Desta forma analisar um discurso é ir além do plano das ideias que a língua proporciona em sua função enquanto um sistema de comunicação, e sim conceber o discurso (linguagem) como mediador do homem e seu contexto, com signos que permitem extrair informações para interpretar o mundo, os sujeitos, a história. Nesse sentido olhamos a ocupação de terras como gerador de discursos carregados de significâncias; o uso da terra para cada indivíduo possui diferentes sentidos, desta forma o método de análise do discurso aplicado aos elementos que englobam a almejada colonização e progresso territorial do império brasileiro, permitem refletir alguns signos que a ocupação de terras gerou para aquela sociedade.

Ao analisar a fonte escrita ela pode ser tomada como acesso aos fatos que o historiador vai reconstruir e interpretar ou, como se pretende focar neste trabalho, tomar a fonte como uma descrição de faces do processo histórico “E nesse sentido que diremos que a fonte pode ser vista como ‘testemunho` de uma época e como ‘discurso` produzido em uma época”(Barros, 2005, p.131). Os fatos que procuraremos reconstruir e interpretar serão as ocupações de terras, a forma como aconteceram e quais tipos existiram; por outro lado buscaremos olhar para os discursos veiculados nas fontes, onde o principal enfoque seria o “poder” em todos os seus modos possíveis; não de forma única e unilateral no qual grupos abastados exercem a imposição a um grupo socialmente oposto, como Barros (2005, p.129) expõe ao definir história política. Nesse sentido a relação de poder não parte de uma hierarquização já estabelecida que condiciona a diversidade de hábitos culturais

Assim sendo podemos indagar que talvez a principal causa dos conflitos de ocupação de terra no período que engloba esse estudo é o poder exercido mutuamente pelos diversos agentes que habitam Turiaçu; seja os grandes e pequenos proprietários, povos indígenas e grupos quilombolas. Nos diferentes hábitos culturais eram exercidas influencias seja na dinâmica local, como as articulações econômicas de escravos e quilombolas fazendo circular suas produções agrícolas (GOMES, 2011) ou nas formas tecnológicas e práticas próprias dos

indígenas, inseridas na locomoção e expansão dessa região<sup>3</sup> que se faz principalmente pelos rios e matas essências. Os conflitos se desenvolveram talvez pela busca de alguns grupos em criar limitações nas práticas dos outros grupos, procurando estabelecer o poder de uma estância sobre outras (GOMES, 1997, p.271 a 272).

Partindo da ideia que a colonização da fronteira entre Pará e Maranhão em meados do século XIX é aquilo que o governo quer alcançar, e que “Considerando o ato de colonizar como não apenas revertido da ideia de ocupação territorial, mas também de domínio sobre as terras e as populações que viviam ou passariam a viver nestes locais” (NUNES, 2012, p.100) podemos inferir portanto que ao defender a colonização os governantes querem também poder ter o controle sobre os indivíduos que ali residem. E se tratando de uma região como a de Turiaçu este tipo de objetivo significou dominar principalmente grupos indígenas e sujeitos aquilombados “A base da experiência de colonização (agrícola e militar) no Maranhão assentou-se numa perspectiva de obter o controle sob imensas áreas ocupadas por grupos de indígenas e de escravos fugidos” (Gomes, 1997, p.436) mas pode-se incluir também negociantes ilegais, pequenos posseiros e sesmeiros. Essa questão da colonização nos discursos faz transparecer as relações de força desses diferentes setores sociais; tanto dos setores responsáveis pela transmissão das representações<sup>4</sup> como daqueles que estão sendo representados.

### **3. A FRONTEIRA, SEUS HABITANTES E A DIVERSIDADE**

A região ao longo do rio Turiaçu por ser fronteira e distante dos governantes de Belém e de São Luiz, abrigava variados sujeitos de ambas capitânicas, de etnias e interesses diversos. Geograficamente a região em diversos momentos era descrita como rica, sendo propícia para diferentes atividades, como agricultura e pecuária tendo rios com peixes em abundância e grandes áreas para pastagem, e ainda se teve a descoberta das minas de ouro nas proximidades do rio Maracaçumé<sup>5</sup>, o que gerou um grande interesse pela colonização daquele território e a ida de muitas

---

<sup>3</sup> Os indígenas em muitos momentos foram requisitados para ajudar em expedições ou incursões por serem bons conhecedores das matas, bem como eram guias de viagens feitas pelos rios. Ver: RICCI; DE SOUZA, 2014.

<sup>4</sup> Jornalista, discursos parlamentares e relatórios provinciais.

<sup>5</sup> Se localizava entre o rio Gurupi e o Turiaçu

empresas de exploração após a destruição dos quilombos locais em 1853<sup>6</sup>. As muitas matas presentes podiam aparecer exaltadas de elogios ou cheias de receio, pois ao mesmo tempo que representavam o favorecimento para o comércio madeireiro e expansão agrícola por outro lado era de onde vinha as ameaças dos chamados inimigos da civilização e do progresso

Contém ainda a província muitas terras devolutas: as que porém demoram para ambos os lados dos rios Mearim, Grajahú, e Pindaré, e para a margem direita do Tury nas comarcas da Chapada, Viana, e Guimarães são as que pela fertilidade do solo, grande abundancia de peixe, e caça, e facilidade de transportes por água tanto para esta capital, como para outras villas e povoações situadas nas proximidades dos mesmos rios, se podem considerar as mais próprias para o estabelecimento de colônias.

-não deixarei todavia de notar que n`estes lugares a colonização, mormente a estranha, terá até certo ponto de lutar com duas dificuldades principais, bem que não insuperáveis como o prova o exemplo de todo Oest dos Estados Unidos; e vem a ser: alguma insalubridade, sendo ahi mais frequentes as febres intermitentes talvez pela nímia humidade, ou frescura do terreno ainda não roteado, e dessecado; e o receio de agressões dos índios bravios, que mais ou menos infestam essas paragens.(PUBLICADOR MARANHENSE, 11 DE MARÇO DE 1847, p.2)

A citação acima demonstra a propaganda de riqueza que as terras dessa fronteira têm para beneficiar colonizadores, ou investidores comerciais incitando a vontade de colonização desses espaços.<sup>7</sup> Ao mesmo tempo esse mesmo recorte jornalístico expõe os receios ou dificuldades em relação à essas terras, falando da ameaça dos “índios bravios” que seriam aqueles indígenas não domesticados pela catequese cristã, e que já habitam boa parte dessas matas. Segundo o dicionário da língua brasileira de 1832 “Bravio adj. Pen I. Não lavrado. Não domesticado. Sem policia. Difícil áspero de andar, etc. e então se subtende sempre algum substantivo”(PINTO, 1832, p.168) sendo muitas vezes também chamados de gentios, que segundo o mesmo dicionário seriam os idolatras sem conhecimento do Deus cristão, os indígenas temidos e combatidos são aqueles que não estavam sob o policiamento de líderes religiosos. Inclusive nessa mesma publicação o jornal segue informando o que seria uma solução para “amansar” esses índios bravios, evitando agressões aos estabelecimentos, sendo a catequese ou uso de armas de fogo em destacamento militar das quais eles têm medo.

<sup>6</sup> Entre as muitas fontes existentes em que podemos encontrar informações sobre esse assunto, temos; Reis, Francisco Sotero dos. *Biographia dos brasileiros illustres pelas sciencias, letras, armas e virtudes: Eduardo Olympio Machado. In: Revista do Instituto Histórico e Geographicos do Brazil. TOMO XIX, Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1856, p.613.*

<sup>7</sup> É importante ressaltar que o Publicador Maranhense era o jornal oficial do Maranhão, e a notícia em questão faz parte de um relatório do governo da província à corte

Outros tipos de sujeitos vistos como ameaça à civilização que podemos destacar, e que não consta nessa publicação são a presença de quilombolas e contrabandistas, uma vez que, ocupavam espaços territoriais realizando trocas comerciais clandestinamente, e por isso eram vistos como não geradores de riquezas para os cofres públicos por suas atividades, visto não estarem sujeitas a cobrança de impostos.

As parcelas da população livre- vendeiros, forros, pequenos lavradores, traficantes, etc – que articulavam-se com os quilombolas tornariam-se um outro difícil problema a ser resolvido. Esta tentava impedir quaisquer formas de controles sociais e econômicos sobre suas vidas. Impostos, taxações, posturas, alistamento e recrutamento compulsório já representavam tentáculos fortes demais do poder público sobre os destinos das pessoas livres, não-brancas e pobres. (GOMES, 1997, p.279-280)

No relatório provincial do Maranhão de setembro de 1850 na seção de *tranquilidade pública e segurança individual* é declarado que vários pontos dos interiores dessa província além de estarem infestados de criminosos também possuem grande número de escravos fugidos que, segundo o relatório, ameaçam e causam prejuízos a lavoura e gado<sup>8</sup>. Os escravos fugidos buscavam suas próprias formas de sobreviver longe do cativo; e não encontrando outra forma de o fazer senão longe dos ideais governamentais, eram considerados criminosos, independentemente de qualquer organização econômica quilombola. De modo eufemístico, se comparado à algumas formas como eram adjetivados os quilombos pelos discursos oficiais da época, o dicionário o define da seguinte maneira “s. n. No Brasil, he a pousada, ou aposento onde se recolhem em sociedade no mato os negros fugitivos, a que chamão calhambolas.”(PINTO, 1832, p.885) não deixando de transparecer o contexto gerador colonizador nesta definição, fazendo referência a fuga e esconderijo, reforçando uma ideia negativa para a sociedade padrão dominante(DE SOUZA, CASTIGLIONI, KLINGER, 2020).

A partir desse tipo de disseminação recorrente nos discursos oficiais de que existem modos de viver aceitáveis, e aqueles que caminham contra a idealização de civilização e progresso, pode-se talvez interpretar interesses além do bem governamental, como a pretensão de fazendeiros de encontrar meios legais para aumentar ainda mais suas propriedades; bem como é possível também adquirir informações físicas da região, sobre sua extensão, fertilidade ou clima para melhor

---

<sup>8</sup> Relatório do presidente da província do Maranhão, setembro de 1850, p.7

compreender a dinâmica ocupacional dos sujeitos que ai habitam, sejam eles desejáveis ou não.

Existiam várias formas de utilizar a terra para sobreviver, formando uma rede de relações sociais e econômicas entre as localidades próximas ao rio Turiaçu e que será melhor abordada mais adiante. Assim sendo as fronteiras criadas pelos habitantes do espaço aqui estudado - sejam ricos ou pobres - têm relação com o sentimento de identidade entre suas expectativas de vida e trocas de experiências. As classes menos favorecidas procuram liberdade, abrigo e sobrevivência, já as abastadas querem expandir e garantir seus domínios e influência, por isso é importante formular hipóteses sobre as discrepâncias entre a realidade social dos grupos que ocupam essa zona fronteira e tais discursos dominantes.

#### **4. O DISCURSO DE COLONIZAÇÃO E A OCUPAÇÃO DE TERRAS**

Dos discursos de senadores depreende-se identificações entre a classe dominante. Os políticos buscam controlar os domínios brasileiros aos moldes de um ideal econômico/social construído por meio de suas experiências e ideologias, para assim obter um maior lucro governamental. Seus pensamentos repletos de ideais gerados em contextos diferentes do brasileiro - vindas da Europa ou dos Estados Unidos - também guardam influência de experiências da memória individual “Consequentemente, o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/ para os sujeitos.” (ORLANDI, 2009, p.17).

São utilizados em meio aos debates calorosos do projeto de colonização na câmara dos deputados argumentações de ações que deram certo no exterior que poderiam funcionar aqui, um exemplo desses é o esboço de um contra projeto apresentado na câmara dos deputados pelo Sr. Souza Franco<sup>9</sup> na sessão de 22 de maio de 1840, no qual ele propõe a distribuição de terras por meio da venda e, baseado em modelo feito da Inglaterra, em que prioritariamente o colono estrangeiro iniciaria o trabalho em propriedades agrícolas para assim se acostumarem ao ambiente<sup>10</sup>. Essa sua ideia de colonização também se mostra em seus relatórios quando era presidente da

---

<sup>9</sup> Presidente da província do Pará no ano de 1839, e governou como vice após a morte do presidente Tristão Pio dos Santos a função nos anos de 1841 e 1842

<sup>10</sup> Anais da câmara dos deputados, sessão de 22 de maio de 1840, p. 418 – 419.

província do Pará, onde ele diz que os empecilhos que os estrangeiros encontrariam ao tentar estabelecer fazendas na província seria a falta de braços, e de segurança individual.<sup>11</sup>

A partir da leitura de discursos dos senadores que representam sujeitos de poder, é possível perceber o quanto as questões que envolvem a distribuição, demarcação, e fiscalização de terras devolutas, fazendas, ou posses causam diferentes opiniões no senado principalmente quando se trata da questão de como elas devem ser usadas em benefício da nação, revelando oposição entre defensores de uma colonização sem empecilhos governamentais, para criação de gado ou cultivo agrícola, e aqueles que almejam selecionar quais terras doar, preservando assim parte desses bens público como reservas produtivas para futuros interesses nacionais.

Tanto a colonização desenfreada, como a ideia de selecionar terras para cultivos ou reservas governamentais confrontam-se com os hábitos culturais presentes em terras dos interiores. Em Turiaçu, por exemplo tem-se a pouca fiscalização (por conta da distância do local), tem terras de uso comunal (campos para pastagem do gado) e a dinâmica econômica livre dos indígenas (que praticavam a coleta e comércio de produtos das matas e rios). Principalmente após o fim das concessões por carta de data de sesmarias, tais discursos deixam subentendido um contexto nacional diverso o que torna o assunto delicado e intenso.

Não há dúvida que a questão envolvia um debate mais amplo sobre a ingerência do Estado brasileiro na política de colonização estrangeira. No repertório liberal destacavam-se os programas que viessem facilitar e aumentar a entrada de imigrantes de forma espontânea [...] (NUNES, 2018, p.339)

Essa ideia de espontaneidade se daria pelo potencial agrário natural do Brasil, tendo o governo somente que engajar bons colonos imigrantes no exterior desenvolvendo também núcleos coloniais no interior brasileiro. Podendo se notar aqui uma das ideias sobre colonização que afasta os colonos provincianos do objetivo central desses projetos colonizadores.

É certo que os rumos da legislação afetam diretamente e indiretamente a vida social e econômica dos sujeitos dessa área de fronteira. Partindo da ideia que decisões políticas tendem a atender os interesses dos mais abastados, o historiador em seu ofício de investigador questionando os discursos oficiais, reconhece que as relações

---

<sup>11</sup> Relatório Provincial do Pará, 1841, p.17

existentes vão além do registrado em única fonte oficial, pois todo discurso tem uma intenção, desta maneira as ações dos grupos que eram marginalizados, são por vezes julgadas pelos jornais e pelos discursos políticos como empecilhos para o desenvolvimento, mas são tão relevantes, e cheias de signos quanto as medidas dos abastados para a construção histórica/social dessa região.

Setores camponeses se formaram a partir das senzalas, dos mocambos e de roceiros livres. Para várias regiões, há evidências de como escravos e quilombolas faziam circular produtos de sua economia agrária [...] De um modo geral, as fontes históricas a respeito são raras, quando não indiretas. Nas senzalas tudo era clandestino e nos quilombos os registros aparecem em fontes produzidas pela repressão. (GOMES, 2011, p.64)

Os discursos sobre o uso da terra e seus agentes, permitem entender o impacto de debates sobre uma lei de terras<sup>12</sup> que não levam em consideração culturas de regiões distantes das capitais, onde é grande a presença de pequenos posseiros. Em uma das propostas de regularização a demarcação das terras a distribuição seria proporcional ao número de gados do proprietário, o que impactaria a dinâmica social presente em Turiaçu, principalmente nos campos de uso comum<sup>13</sup>

No caso do Turiaçu, a nova lei que se pretendia implantar poderia garantir grandes possessões de terra para alguns, ao tempo em que desapropriaria outros, pois a lei previa a concessão do dobro de terras necessárias para a criação dos gados que possuísem no ato da publicação da mesma e, se assim fosse aplicada, homens abastados reafirmariam sua posição e prestígio obtendo grandes possessões em virtude do número de animais que possuíam, ao mesmo tempo em que os pequenos produtores “deveriam” permanecer como tais, por falta de terras para que pudessem ampliar a criação.(SOUZA, 2016, p.133)

Levando em conta que o sistema de privilégios dava abertura para que os donos de grandes propriedades se tornassem figuras de poder, que dificilmente eram contrariadas, pensemos que

Estes últimos [pequenos posseiros] – livre ou libertos – não tinham nenhum projeto acerca da distribuição de terras no país. Estavam distantes – no tempo e nas ações – do movimento dos sem terras dos dias de hoje. Submetidos a uma relação de dominação pelos *senhores possuidores* de terras, sabiam ser diferentes dos grandes fazendeiros. Eram muitos deles **cidadãos passivos**, impedidos de votar. Analfabetos, não podiam ocupar nenhum cargo público e não tinha acesso a uma educação formal, capaz de transforma-los em juizes e/ou advogados, para defenderem diretamente seus direitos (MOTTA, 1998, p.110)

<sup>12</sup> De 1822 até a aprovação da lei de terras em 1850 tem-se o período conhecido como “vácuo legal”. Tal período foi marcado por conflitos entre sesmeiros e posseiros. A criação da lei buscava pôr fim a esses conflitos proporcionando meios legais de delimitar e adquirir terras.

<sup>13</sup> Anais do senado Livro2, 1847, p.128

É interessante notar nas discussões parlamentares a respeito da colonização, algumas pontuações de que o problema do Brasil é a falta de povoamento em certos locais, ou falta de cultivo, ou de trabalhadores; mas também pontuações onde se observa, em muitos casos, a condenação de pequenos posseiros<sup>14</sup>, descartando ações de cultivo e ocupação desses sujeitos, como forma de contribuição para a pretendida colonização

Os que detinham o poder atrelados à política e a justiça local, podiam ser identificados como os reais cultivadores, como posseiros desbravadores, cúmplices do enriquecimento da província. Os que apenas detinham sua força de trabalho e o desejo de ocupar terras devolutas eram identificados como invasores, nas ações diretas de expulsão e nos processos de embargo e despejo. (MOTTA, 2009, p.99)

A respeito da concessão de terra é interessante a ideia que um senhor deputado Alvares Machado levanta ao se debater os termos de uma política colonizadora; ele propõe se ceder terras e títulos não somente a estrangeiros, mas aos nacionais também. O deputado afirma haver uma grande contradição dentro da câmara, pois a muito tempo proibiram o governo de ceder sesmarias aos nacionais<sup>15</sup>, mas é muito aberta para cede-las aos estrangeiros (CAMARA DOS DEPUTADOS, 1840, p.415) em sua colocação apesar de ampliar o horizonte de possibilidade para ocupação de terras, é possível desacreditar que tal ação realmente beneficiaria a todos, mesmo que possivelmente o deputado estivesse pensando de forma justa. Uma vez que a política de colonização tem como um dos objetivos ocupar o território “vazio” para produzir riquezas; o privilégio que alguns teriam de receber sesmarias para uma ocupação e produção amparada pelo governo poderiam despertar sentimentos de inconformismo nos habitantes da fronteira, uma vez que sempre precisaram atravessar dificuldades e julgamentos em seus modos de conseguir terras ou gerar suas rendas

A criação de gado nessa zona de fronteira foi uma atividade realizada por homens influentes do Pará e Maranhão, que ocupavam aquelas terras de forma legalizada por terem adquirido por doações de datas de sesmarias ou como “invasores” e posseiros de terras da coroa ou Império. Porém, a noção de invasor ou posseiro transcendeu a figura do pequeno produtor e homem pobre, visto que, na década de 1840, esses conceitos pareciam ter sido ampliados ou ressignificados e, na região de Turiaçu, acabavam por revelar novos sujeitos e dinâmicas de ocupação e utilização da terra nessa zona fronteira. (SOUZA, 2016, p.129)

---

<sup>14</sup> Anais da Câmara dos Deputados, 22 de Maio de 1840, p.414 a 416

<sup>15</sup> Em 1822 ficou proibida a concessão de sesmarias

É quase unânime entre os senadores a ideia de que existe muitas terras devolutas pelo território brasileiro, mas discordam no modo de distribuição/oferta dessas terras para colonizar o território, pois muitos argumentos não levam em conta a eficácia das localidades dessas terras para a comercialização, sendo que maioria está no interior onde as estradas são precárias. Nas discussões no Senado em meio a uma fala do senador de Pernambuco Holanda Cavalcante sobre colonização observa-se um tipo de vertente de pensamento, que se coloca a favor de demarcação e venda de tais terras para beneficiar tanto naturais brasileiros, como colonos estrangeiros e o governo, que lucrará com as vendas pois, segundo ele, existe uma grande demanda de possíveis compradores, seu pensamento muito se aproxima da proposta de Souza Franco em 1840; diz ele:

e se elas forem tombadas, demarcadas e postas no mercado, aparecerá muita gente que as compre[...]. Essas terras de posseiros, que origem não é senão de demandas? E então como a propriedade territorial devoluta, sendo definida e demarcada, não teria grande valor? (LIVRO4, 1843, p.416).

O senador pelo Maranhão Costa Ferreira, deixa transparecer em suas falas ser ele dono de várias terras em sua província inclusive faz uso das terras comuns<sup>16</sup>, e defende que não deveriam negar, nem impor dificuldades de aquisição de terras para que os colonos possam vir e ocupar, exercendo atividades produtivas para o Brasil, impedindo assim os indígenas de invadir e dominar o território. Em um momento, ao ser questionado se ele ofereceria recursos de produção aos colonos que recebessem terras oferecidas por ele, responde “Tenho terras para dar-lhes de graça, eles que trabalhem; com isto lucro eu, porque servem de obstáculo à invasão dos índios.” (C. FERREIRA, LIVRO 4, 1843, p.416), podemos estabelecer aqui uma semelhança com a ideia de colonização espontânea, citada anteriormente como parte de um repertório liberal; pelo fato de achar que a ocupação ocorreria naturalmente onde são oferecidas terras produtivas.

O senador ainda norteia sua ideia no afastamento dos “gentios”, deixando de pensar em estratégias econômicas de manutenção de cultivos para permanência desses colonos. Algumas das representações de Costa Ferreira sobre a região de Turiaçu, se faz quando cita os sertões/interiores maranhenses, segundo ele são locais infestado por índios gentios, e indivíduos da pior espécie, sem civilidade ou ambição, por isso a necessidade de trazer colonos para que sirvam de exemplo para estas

---

<sup>16</sup> Livro2, 1847, p.128

populações. É importante sempre destacar que esse tipo de discurso parte de uma ótica civilizatória idealizada pelo império brasileiro ao longo de muitos anos (HENRIQUE, 2018, p.17).

É possível notar que o posicionamento de C. Ferreira estava alinhado às suas expectativas e receios dentro de seu contexto de vivências como dono de fazenda no interior maranhense, e também sob a influência da doutrina liberal (CIRINO, 2015). Em contraponto a essa ideia a respeito da ocupação dos povos indígenas, podemos citar o conservador Antônio de Miranda<sup>17</sup> que em seu relatório como então presidente da província do Pará lamenta o extermínio da população indígena e, considera que o contato natural que se dá entre eles e as povoações são o verdadeiro modo de aumentar a população dos sertões; colocando os imigrantes como segundo recurso para povoar. No ano seguinte, como presidente no Maranhão MIRANDA reforça seu discurso ao citar em seu relatório que é muito mais vantajoso aproveitar os “braços” indígenas

A catequese dos Índios, e sua associação em aldeias, equivallem à uma colonização de estrangeiros,e, em meu sentir, muito mais vantajosa. É indispensável aproveitar esses braços, e faze-los substituir, os escravos, que definhão, remediando a falta, que nos fazem os Africanos, justamente prohibidos. (RELATÓRIO PROVINCIAL DO PARÁ, 1841, p.48)

No senado C. FERREIRA como defensor da ideia de oferecer de graça as terras devolutas classificava os indígenas não aldeados como invasores de terras, segundo o dicionário vigente da época o termo invasor se define como “s.m. o que acomete primeiro. O que se apodera injustamente” (PINTO, 1832, p.630) essa forma de representação indígenas nos discursos abandona a condição de sujeito que habita as terras brasileira muito antes dessa colonização, e também suas contribuições na configuração territorial.

No dicionário do Maranhão é dito que João Francisco Lisboa (1º redator do jornal Publicador Maranhense, e de vertente política liberal) afirmou “[...] que se os degradados concorreram para a povoação d’esta província, foi em escala muito diminuta, e sobretudo inferior a de outras capitánias [...]”.(MARQUEZ, 1870, p.140) é possível depreender como a política colonialista continua presente nos discursos de vertente liberais, a diferença para o conservador estaria no fato deste defender um

---

<sup>17</sup> Ver: <https://www.casacivil.ce.gov.br/2011/03/21/ex-governadores-3/>

sistema monarquista e os privilégios dos portugueses em detrimento dos brasileiros (CIRINO, 2015, p.7).

Os outros grupos sociais já historicamente subestimados pelo sistema, ficam à mercê das representações construídas pelos letrados, que influenciam nas tomadas de decisão e nos modos de tratamento para com esses sujeitos, quase sempre com viés de controlar e vigiar. Muito se fala em se ter pessoas civilizadas ocupando tais terras, sendo que estes se caracterizavam por colonos estrangeiros que para o senador Costa Ferreira podiam ensinar bons modos para a população dessas paragens. A oferta das melhores terras fica sujeita às impressões boas de quem as está cedendo, ou seja, este tipo de oferta de terras torna o processo de ocupação do território muito seletivo e favorável a certos locais<sup>18</sup>. Mais uma vez a posição social privilegiada, e a formação intelectual da classe dominante influenciam na formação de seus discursos e em suas significações.

Uma formação discursiva “se define como aquilo que em uma formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada – determina o que pode e deve ser dito”(ORLANDI, 2009, p.43), desta maneira as falas de Costa Ferreira expressam sua posição ideológica em relação aos problemas apresentados sobre o uso das terras. Sua opinião em posição de liberal é construída de acordo com seu interesse e contexto social, isso significa que mesmo dentro de um grupo que se julga liberal seus pensamentos não serão iguais, uma vez que viveram contextos pessoais diferentes. Por vezes nos discursos podemos perceber as memórias afetando suas falas.

Em uma das discussões a respeito das terras devolutas dos interiores e a presença de posseiros que ali se estabelecem, é proposto que eles devem ser desapropriados de tais terras e em troca receberão uma indenização por isso. Porém C. Ferreira se manifesta contra tal medida pois, para o parlamentar ninguém quer se embrenhar em terras dos interiores, e se pretendesse mandar colonos para esses locais será prejudicial pois eles não conseguiriam prosperar pela precariedade das estradas. Para que a formulação de seu argumento tenha sentido e reforço, citou uma experiência em suas propriedades onde julgava que, mesmo tendo bois para

---

<sup>18</sup> Os locais mais almejados pelos colonos eram aqueles próximos do centro comercial, sendo assim as zonas fronteiriças como Turiaçu (interiores) possuíam muitas terras devolutas, mas que não necessariamente não fossem usadas pelos nativos. Ver também livro 4 de 1843.

transportar suas mercadorias (milho e arroz, como cita) já teve prejuízo por não conseguir levar ao mercado por conta da distância e atoleiros nas estradas<sup>19</sup> imagina o colono recém-chegado. Logo podemos imaginar a dificuldade que os moradores da região de Turiaçu (que se localiza no interior provincial) enfrentavam.

A produção de um discurso leva em conta a língua, a história, a formação social do sujeito e sua projeção de sentido de acordo com suas memórias. Alguns políticos como Holanda Cavalcante - senador pelo Pernambuco - discursam que o Brasil possui muitas terras no interior e essas que devem ser demarcadas e vendidas, tendo assim maiores benefícios nacionais<sup>20</sup>. Por outro lado, o senador do Maranhão prioriza a ocupação de terras devolutas como forma de evitar a invasão das populações indígenas e produção de bens que fazem parte das trocas comerciais internas, por isso se mostra de acordo com quem use a terra para produzir, seja posseiro ou não. Ele deixa claro sua constante preocupação com os índios que segundo ele infestam o interior de sua província, uma vez que ele já teria tido prejuízos por incursões indígenas.

Por outro lado se posiciona contra demarcar terras para vender, diz que é utópico repartir as terras em pequenos bocados, pode-se depreender disso que não é de interesse dele e da maioria dos grandes proprietários de terras ter um terreno com tamanho pré-estabelecido, já que assim não seria possível aumentar suas propriedades, bem como não possibilita a eficiência do cultivo, já que muitas vezes planta-se em uma porção de terra virgem, colhe-se e depois faz a preparação de outra porção de terras para novo plantio, se mostrando um tanto favorável às vendas, mas bastante resistente a ideia de demarcação.

A maior parte dos lavradores da minha província não lavram para o interior porque o gentio não os deixa. Nas minhas fazendas já tenho tido alguns prejuízos por esta causa em gado, escravos, etc. Muito lucra pois a nação, em se venderem as fazendas nacionais a particulares que as cultivem. Mas isto de repartir terras em pequenos bocados não é exequível, só quem nunca foi lavrador é que pode julgar o contrário: são utopias, ninguém vai para lá, ninguém se quer arriscar. (livro 3, 1843, p.396)

Entende-se a partir das representações de C. Ferreira que as regiões aqui estudadas, que se localizam no interior das províncias, são áreas perigosas e de difícil manejo por isso o estabelecimento de colonos se torna inviável. Por ser região fronteira possui algo mais, suas próprias dinâmicas sociais, onde é preciso criar

---

<sup>19</sup> Livro 5 de 1848, p.181

<sup>20</sup> Livro 4 de 1843, p.416

uma rede de relações sociais que vai além das autoridades oficiais para conseguir manter seus interesses. A simples posse e utilização da terra não garante sucesso econômico, como podemos perceber em algumas falas do mesmo senador, onde ele mesmo teve problemas, é preciso conhecer bem o local e as vias comerciais, e ter ferramentas necessárias para produzir; e em alguns casos manter uma rede de relações comerciais interna para escoar produtos (SOUZA, 2016, p.89).

Os indígenas por serem bons conhecedores das matas conseguiam se movimentar com maior facilidade para produzir e comercializar seus gêneros. Por certo período a colheita e comercialização de alguns gêneros se tornou privativa desses povos, como a andiroba e outras espécies de grãos oleaginosos, localizados segundo Viveiros (1954) nas matas virgem que recobrem o alto Pindaré e os rios Maracaçumé e Gurupi (p.295-296). Nos jornais maranhenses as notícias sobre ameaça de quilombos são sempre demonstradas com maior preocupação, um dos motivos talvez seja a concorrência de suas produções ilegais com as da fazenda governamental, uma vez que os quilombos possuíam uma forte organização produtiva em seus territórios (GOMES, 1997).

Em uma notícia do jornal paraense TREZE DE MAIO sobre a descoberta de minas de ouro em um terreno entre os rios Turiaçu, Gurupi e Maracassumé, onde fala-se que tal mina foi descoberta acidentalmente por negros fugidos que pela experiência de trabalho reconheceram as características do local e vendiam suas explorações nas Villas de Turiaçu, Vianna e Santa Helena<sup>21</sup>. Compreende-se que a experiência de produção dos aquilombados poderia representar um potencial ameaça para os lucros do governo, já que este não obtinha lucros com as atividades clandestinas desses negros fugidos.

## **5. QUILOMBOLAS, INDÍGENAS E SUAS ATIVIDADES**

Nos discursos do senado é percebido uma constante preocupação com incursões indígenas que seriam o impedimento da plena colonização dos interiores. São informações que demonstram um contexto de tensão pela invasão de indígenas em terras cultiváveis; do senador do Maranhão Costa Ferreira em muitos momentos é possível se deparar com frases como “Em minha província, assim como em outras

---

<sup>21</sup> TREZE DE MAIO, 21 de agosto de 1855

muitas, se havia alguma coisa que estava de certo modo em esquecimento era haver muitas terras pedidas, demarcadas, mas sem cultura por serem infestadas de índios.”<sup>22</sup> A informação nos leva a pensar se a demarcação ou posse das terras estariam sendo feitas de forma indiscriminada a ponto de invadir territórios de atividades indígenas.

Podemos inferir também que os territórios ocupados por indígenas acabam sendo considerados “terras perdidas” pelo fato de não praticarem o cultivo considerado civilizado<sup>23</sup>, mesmo sendo conhecedores da produção e coleta de gêneros nativos. O próprio termo “infestação” utilizado pelo senador remete a uma presença destrutiva, segundo o dicionário vigente na época o termo “infestar” remete a maltrato e estragos (PINTO, 1832).

Para além das proposições de Costa Ferreira sobre essas áreas interioranas e das populações nativas; em Turiaçu existia uma rede comercial que demandava produtos nativos, segundo é dito sobre a finalidade que teve a colônia militar de Gurupy, assentada em 1854 “[...] povoar estes lugares infestados de malfeitores e quilombolas, proteger a navegação do rio e o comércio, que anualmente fazem os regatões com os índios do sertão trocando suas mercadorias por produtos indígenas.”(MARQUES, 1870, p.156)

A partir de 1853 a atenção, pelos menos nos jornais, volta-se para a ameaça dos quilombolas que se tornaram nota recorrente principalmente após a incursão bem sucedidas contra os quilombos de Turiaçu e Maracassumé; feito que é sempre ressaltado pelas palavras do presidente da província Eduardo Olimpio Machado, autor do seguinte relatório publicado

[...]Os quilombos de escravos fugidos, que há mais de 40 anos, existiam nas matas do Tury, ameaçando de continuo a segurança individual e de propriedade, punhão um embaraço permanente ao seu desenvolvimento. Hoje que se acha destruído esse flagelo, começa para o Tury uma nova era. Já indiquei em outro lugar os melhoramentos, de que mais necessita este circulo; cifrão-se na fundação de duas colônias militares, uma nas minas de Maracassumé e outra no Gurupy, na abertura de estrada e na catequese dos índios. (PUBLICADOR MARANHENSE, 30 de novembro de 1853)

Mesmo tendo sido a presença negra nesses locais tão produtiva e, por causa dela ter se tido o conhecimento de minas de ouro nessa região, suas representações

<sup>22</sup> Ibidem, Livro 5 de 1848, p.338

<sup>23</sup> Seria o cultivo de produtos de interesses da fazenda para a exportação, ou técnicas de cultivo tidos como mais adequados em termos civilizatórios. Ver :Relatório da provincial do Maranhão, 1841.

junto a um contexto social colonialista os reduzia a elementos negativos para a sociedade, como foragidos, ameaça, e embaraço ao desenvolvimento.

Ao observarmos os discursos de Costa Ferreira junto com notícias de jornais é possível notar formas diferentes de julgamento para manter a ordem. A lida com os indígenas se daria através da catequese e civilização com objetivo de modificar seus modos ou mantê-los afastados, tendo exemplos de vilas indígenas que após serem catequizados não ofereciam risco para a região. Por outro lado, as medidas para os quilombos seguem somente um viés, que é a repressão armada centrada em reaver o território, prender seus líderes e retornar os negros para a escravidão e seus senhores. Primeiramente se pensarmos na historicidade de cada grupo podemos depreender o porquê de grupos indígenas serem tratados de forma mais maleável que os africanos e seus descendentes (ROCHA, 2006).

A forma como cada povo foi representado possuiu peculiaridades que influenciam na ótica de julgamento, o indígena teve sua figura idealizada, em que é ao mesmo tempo ingênuo e selvagem, além de terem sido considerados livres nos termos da legislação de 1755; e talvez por isso a ideia do ser domesticado para servir mansamente aos interesses da colonização seja predominante nos jornais. A exemplo, o relatório apresentado na Assembleia Legislativa do Maranhão por João José de Moura Magalhães e publicado no jornal PUBLICADOR MARANHENSE, descreve que os índios possuem facilidade para viver em civilidade e que após o estabelecimento do aldeamento em Pindaré os ataques indígenas diminuiriam significativamente na região.

Das Tres missões decretadas na vossa providente Lei n.8, que he uma prova irrefragável de vossas filantrópicas intenções, e do quanto apreciaes a civilização dos Indigenas, apenas se acha creada a de Pindaré. Da qual Passo a dar-vos algumas informações [...] cumpre todavia notar, que segundo as informações obtidas, depois do estabelecimento da colônia tem cessado as incurssões, e devastações dos Indios que em outras ocasiões fizeram tão grandes estragos, e isto já é um precioso beneficio, que se tem colhido desse aldeamento e que satisfatoriamente compensa as despesas que com ele se faz. Por officio do diretor de 6 de Abril vê-se que os Indios mostram benéfica tendência para a vida social (PUBLICADOR MARANHENSE, 10 de Julho de 1844, p.1)

Os jornais tendem a não ser rígidos com indígenas, tratando-os como casos que podem ser resolvidos com sua catequese e socialização, tais medidas possibilitariam o uso dessa mão de obra para gerar lucros governamentais. Já nos discursos dos senadores, especificamente do senador do Maranhão, depreende-se

maior hostilidade para com esse povo gentio. Costa Ferreira constantemente demonstra seu receio com ataques indígenas, propondo maior destacamentos militares e colonização rápida dos interiores, onde se tem maiores coberturas florestais, podendo assim acuar esses povos tidos como incivilizados. Para além dessas desavenças a importância do trabalho indígena para o desenvolvimento da região acaba por não ser reconhecida.<sup>24</sup>

Por outro lado, os negros foram escravizados, sendo considerados objetos de seus senhores (SANTOS, 2005, p.16) e propriedade do sistema escravista

Graças as ideias de civilização, e dos esforços dos padres jesuítas foi decretada a liberdade dos índios[...] como os escravos africanos foram trazidos ao Brasil desde sua primitiva colonização[...] foram escolhidos. [...] Estes africanos concorriam para aumentar a riqueza pública com seu trabalho, por outro lado pervertiam os costumes, com seus actos menos decorosos, seu pouco pudor, e sua tenaz audácia No contexto aqui estudado a importação de escravos já havia sido proibida; e mesmo em meio a escassez da mão de obra, muitas vezes era incentivada a deportação de negros para o continente africano em contrapartida de importação de colonos europeu em substituição da mão de obra. (MARQUES, 1870, 200)

No contexto aqui estudado a importação de escravos já havia sido proibida; e mesmo em meio a escassez de mão de obra, muitas vezes era incentivado a deportação de negros escravizados para o continente africano, não considerando a inserção desses trabalhadores para a economia do país, em contrapartida era incentivado a vinda de colonos europeus em substituição, para trabalhar na terras.

O tipo de uso que quilombolas e indígenas faziam em suas ocupações territoriais eram destacáveis. Os indígenas e suas formas de cultura permitem depreender que eles dominavam atividades agrícolas, principalmente de mandioca e produtos nativos, em regiões de matas fechadas (LEONEL, 2000). Os quilombolas dominavam além da agricultura variados tipos de atividades e técnicas de produção podendo representar uma maior concorrência para alguns comerciantes e menos lucros para o governo local

As lavras hoje conhecidas sob a dominação dos três rios descritos foram acidentalmente descobertas por diversos negros fugidos, que tinham trabalhado nas minas de Perucava, que conheceram pelos caracteres físicos destes terrenos semelhantes à aqueles, que tinham trabalhado no Paraná, e os submeteram à lavagem da batêa, obtiveram ouro e algumas vezes pepitas de dez a doze oitavas. O resultado de suas mesquinhas

---

<sup>24</sup> A mão- de- obra indígena ajudava na abertura de estradas, de duas maneiras. Primeiramente porque eram bons conhecedores da região e por se dedicarem ao cultivo da mandioca, alimento principal dos trabalhadores de obras públicas. Ver (SOUZA, 2016, p.60)

explorações iam vender ou permutar na villa de Tury, Vianna, e Santa Helena.(TREZE DE MAIO, 21 de Agosto de 1855,p.2 ep.3)

Esse discurso de economia do Dr. A. Forest retrata a situação das minas de Maracassumé descobertas em 1853 (localizadas entre o rio de mesmo nome e o rio Turiaçu), e o trabalho que vinha sendo realizado até aquele momento pela companhia de acionistas Brasileiros empenhada na exploração das minas. Demonstra conhecimento e habilidade produtiva e econômica que os quilombolas utilizaram para sobreviver, e nesse mesmo relato o desempenho da companhia na exploração do ouro é criticada

Até hoje não foram senão pouquíssimas lavagens de batêa, e se serviam da terra apanhada nos mesmos boracos feitos pelos negros quilombolas, aos quais até agora pertence todo mérito de terem descoberto e indicado aos mesmos as posições, onde esses agentes tem empreendido, e estão dirigindo todas as suas concludentes e ilusórias operações, as quais evidentemente são feitas com vista de fazer crer aos acionistas, que fazem muito, quando em realidade nada fazem, fizeram ou farão[...] (IBIDEM)

Todas as notícias transmitidas pelo jornal oficial do Maranhão PUBLICADOR MARANHENSE sobre os quilombos abatidos, deixa de lado a mineração iniciada pelos escravos fugidos nesses espaços, e sempre acabam enaltecendo os feitos de se ter destruído o quilombo e conquistado um território importante. A necessidade por destacamentos militares demonstra uma certa soberania que os grupos abastados, detentores de terras e poder políticos, acreditam ter já que além de desconsiderar as técnicas e usos empregados nas minas pelos quilombolas, demonstra a constante preocupação em proteger o trabalho e trabalhador considerados adequados para gerar riqueza e progresso.

Nesse sentido no relatório publicado em 1853 pelo jornal oficial, o presidente da província Olímpio Machado fala da construção da estrada de Jussaral, que será construída “Sobre a picada, que mandou-se abrir para comunicar com os quilombos de escravos fugidos[...]” tal obra seria necessária para estabelecer comunicação entre as minas e os distritos vizinhos Parauá e Santa Helena possibilitando de forma cômoda ações governamentais; uma vez que muitos indivíduos atraídos pela fama das minas migrariam para essa região. Olímpio também cita o benefício da criação de um destacamento militar nas margens do Maracassumé para impedir a

reconstituição dos quilombos, e um rancho no meio da estrada para servir de abrigo aos viajantes.<sup>25</sup>

É possível notar o cuidado que é demonstrado para com os trabalhadores aceitáveis para explorar as riquezas daquela região, procurando dar segurança e possibilidade de estadia a esses novos sujeitos. Podemos depreender a intenção nessa publicação para enaltecer o resultado dos esforços empregados na destruição dos quilombos; uma vez também que em nenhum momento é mencionada qualquer atividade exercida naquelas terras pelos negros quilombolas, quase como se tivessem “descoberto” riquezas naturais intocadas.

O que se conflita ao levar em consideração o discurso anteriormente citado do Dr. A. Forest, reconhecendo a importante habilidade dos quilombolas que direcionou e iniciou a exploração do ouro. Papel de um grupo social que foi esquecido mesmo diante da dificuldade para explorar o ouro, observada por Forest, que seria a falta de trabalhadores habilitados<sup>26</sup>

As terras ocupadas ilegalmente em Turiaçu por grupos tidos como selvagens ou arruaceiros, que pode incluir também nativos ou estrangeiros pobres, eram consideradas devolutas pelo governo, mas para esses indivíduos era ocupação social, e de produção dos negócios decorrentes de acordos econômicos com comerciantes locais. Tal afirmação é possível quando analisamos recortes jornalísticos como em O PROGRESSO que ao relatar sobre a destruição dos quilombos de Turiaçu revela haver negociantes protetores dos negros fugidos.<sup>27</sup>

Em termos legais os indígenas aldeados eram incentivados a comercializar, talvez para proporcionar o contato com as povoações e sentimento de pertencimento local (SOUZA, 2016, p.60) Também podemos ter uma noção da organização desses espaços a partir das descrições dadas após incursões contra esses estabelecimentos quilombolas. No relatório provincial do Pará de 1848 é descrito que em Viseu foi encontrado um alojamento com 59 rancho, roças de mandioca, e grandes canaviais, além de plantações nas proximidades do alojamento e objetos para fabricar farinha e água ardente. No Turiaçu foram encontrados 18 ranchos,

---

<sup>25</sup> PUBLICADOR MARANHENSE, 22 de novembro de 1853, p.1

<sup>26</sup> TREZE DE MAIO, 21 de agosto de 1855, p.2

<sup>27</sup> O PROGRESSO, 11 de setembro de 1853

sendo a maioria dos indivíduos capturados pertencentes ao Maranhão.<sup>28</sup> A respeito das incursões aos quilombos auríferos, Gomes afirma

Podemos analisar a partir dessa onda de repressão desencadeada por Olimpio Machado (incluindo o relato de Freitas dos Reys) de que modo os quilombolas do Turiacu também escolheram estrategicamente - tanto do ponto de vista econômico como daquele relativo a proteção – os locais para estabelecerem seus mocambos. Além disso “descobriram” algumas minas e viram na extração aurífera um importante fator econômico para sua sobrevivência, enquanto elemento para trocas mercantis. Estes quilombolas também reinventariam ali uma vigorosa economia camponesa. Além da caça, da pesca, e da extração de alguns frutos, folhas e ervas, plantavam bastante milho, arroz e mandioca. Produziam também bastante farinha que podia constituir-se, igualmente, como fundamental produto para permutas comerciais. (GOMES, 1997, p.242)<sup>29</sup>.

Em 1843 teve-se mais investidas contra quilombos fortemente protegidos em Guimarães do qual partiu da ação de fazendeiros abastados do Maranhão, e em 1848 forças do Pará fizeram outra investida onde dessa vez houve briga entre as províncias sobre quem arcaria com tais despesas. Conclui-se que a repressão sobre terras utilizadas por negros fugidos tinha influência direta de grandes proprietários que usavam seu poder social e econômico para ter apoio de forças oficiais.

Com base no relatório de Jerônimo Martiniano Figueira de Mello presidente da província do Maranhão, em Cururupú, Guimarães e Santa Helena são bastante ameaçados por negros aquilombados

Em um paiz, cuja população é em grande parte composta de escravos, não he de admirar, que alguns, subtraindo-se ao jugo de seus Srs., e formando os denominados quilombos, roubem as lavouras vsinhas com grande dano dos que para ella concorrerão com os seus constantes esforços; e bem que a providente Lei Provincial n.98 tenha creado em cada município um corpo de guardas campestres com o intuito de prender esses escravos, atacando-os nos esconderijos, onde se acoutão, tem eles continuado a subsistir, talvez por não se haver dado toda execução possível à essa disposição legislativa. Acabo de fazer criar esses pequenos, mas uteis corpos nos municípios de Guimarães, Cururupú, e Santa Helena, que mais infestados não sido. (PUBLICADOR MARANHENSE, 13 de maio de 1843, p.1)

Nessa mesma página do jornal fala-se das incursões de índios selvagens se darem “com particularidade” em Caxias e Codó, sendo especificamente contra lavradores “Para obstar esses males, e repelir os selvagens até as suas aldeias, ordenou o meu antecessor o levantamento de uma bandeira no primeiro daqueles lugares[...]” (Ibidem) e que ele, Jeronimo de Mello, por sua vez fez por Codó e Viana, com a intenção proteger os lavradores e não de prender os indígenas ou atacar seus

<sup>28</sup> Relatório do presidente da Província do Pará, 1848

<sup>29</sup> Sobre os relatórios das investidas de 1853 contra quilombos e mocambos de Maracassumé ao Rio Gurupi

esconderijos como é sempre proposto para os negros quilombolas. Sobre negros fugidos, em cumprimento da medida da lei provincial n. 98 para criação de um corpo de guardas. Tais ameaças são descritas principalmente como ataques a estabelecimentos agrícolas, através do qual podemos depreender a influência que os senhores de terras possuíam para merecer o esforço empreendido pelo governo na erradicação desses ditos problemas.

Suas contribuições são das mais diversas para Turiaçu, dentre elas temos a participação na dinâmica econômica local como GOMES esclarece ao demonstrar a forte organização dos quilombos dessa região, que exerciam uma influência local, econômica ou social, bem como os indígenas na produção e comércio de mandioca, e produtos nativos como a copaíba, e a ajuda na aberturas de estradas. Aos negros escravizados e amocambados se devem a descoberta e primeiros trabalhos de exploração nas minas de Maracassumé, bem como sua comercialização dentro desse território, o fomento de produtos de subsistência para o comércio local, mesmo que de forma ilegal, com produtos cultivados dentro dos quilombos, além das contribuições a nível mais nacional como a introdução de plantas, palavras e comidas (MARQUES, 1870, p.200).

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De modo amplo, a região de Turiaçu foi centro de uma disputa territorial entre Pará e Maranhão nos anos 1840 a 1852 quando foi anexada ao Maranhão após várias discussões na câmara dos deputados e senadores, deixando de pertencer ao Pará. A colonização estrangeira e formação de colônias agrícolas (por iniciativa privada ou governamental) gerou intensos debates no parlamento, e diversas opiniões na imprensa; devido a elementos como a proibição do tráfico de escravos pois se teve uma carência de mão de obra, e a falta de concessão de títulos de sesmaria que conseqüentemente ocasionou um aumento de atos posseiros. Alguns conflitos agrários se formaram, muito devido à falta de demarcação das propriedades, deixando assim os agentes envolvidos a mercê das forças de poder, ou lugares de poder de cada um.

Podemos concluir também como as idealizações sobre uso da terra influenciam na construção da legislação, com os vários debates sobre o projeto de lei de terras que buscou se estabelecer entre ideais liberais e conservadoras. Como também

influenciou de forma mais direta na construção de obras públicas, como a estrada do Jussaral que levavam às minas de Maracassumé, que foi resultado dessas idealizações discursivas a respeito da ação de quilombolas por parte das autoridades que buscaram medidas para evitar aquilo que consideravam ruim para os lucros públicos.<sup>30</sup>

Os modos de representação das populações que habitavam Turiaçu e seus arredores demonstram influenciar as tomadas de decisões pelas autoridades locais - forças responsáveis pela ordem - como nacionais por parte dos parlamentares. Por conta dessas influencias discursivas de que algo precisa ser combatido - muito pelo prejuízo econômico e menos pela ideia moralista - que foi possível a organização de incursões contra os quilombos de Maracaçumé, ocasionando a criação de colônias militares, estradas e estabelecimentos de assistencialismo. Também pode-se concluir que estes atos governamentais só foram possíveis pela ajuda indígena, por sua mão de obra na abertura de estradas, ou guia territorial. Possibilita também conhecer mais sobre as peculiaridades presentes nessa fronteira ao longo de suas terras, como resultado de uma diversidade cultural marcante, e das expectativas das autoridades locais que pretendiam desenvolver a região.

## REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. **História política, discurso e imaginário: Aspectos de uma interface**. Sæculum–RevistadeHistória, vol. 12, 2005.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estudos avançados, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

CIRINO, Raissa G. V. **Doutores em uma província imperial: Antônio Pedro da Costa Ferreira e Joaquim José Sabino no cenário político do Maranhão Oitocentista**. In: XXVIII simpósio Nacional de História. Florianópolis/SC, 2015

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**.ed.6. são Paulo: unesp,1999, capítulo 4.

---

<sup>30</sup> Jornal Publicador maranhense, 22 de novembro de 1853

DE SOUSA, Ruberval Rodrigues; CASTIGLIONI, Ana Claudia; KLINGER, Karylleila dos Santos Andrade. **Aspectos socioculturais expressos no léxico da língua: uma análise dos lexemas ‘quilombo’ e ‘quilombola’**. Confluência: Revista do Instituto de Língua Portuguesa, n. 59, p. 281-298, 2020.

GOMES, Flavio dos Santos. **A hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil(séc. XVIII-XIX)**. Universidade estadual de Campinas, instituto de filosofia e ciências humanas, SP. 1997.

GOMES, Flávio dos Santos. **Africanos e crioulos no campesinato negro do Maranhão oitocentista**. Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História, v. 8, n. 11, 2011.

LEONEL, Mauro. **O uso do fogo: o manejo indígena e a piromania da monocultura**. Estudos avançados, vol.14, n.40, São Paulo Sept. /Dec. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142000000300019>

HENRIQUE, Márcio Couto. **Sem Vieira nem Pombal: índios na Amazônia no século XIX**. SciELO-EDUERJ, 2018.

MARQUES, Cezar Augusto. **Dicionário histórico geográfico da província do Maranhão**. Typo. Do Frias. 1870. Disponível em: [digital.bbm.usp.br](http://digital.bbm.usp.br)

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

MOTTA, Márcia. Posseiros no oitocentos e a construção do mito invasor no Brasil (1822- 1850). In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (ORGS). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. Editora UNESP, 2009.

NUNES, Francivaldo Alves. **Tempos históricos. A lei de terras e a política de colonização estrangeira na província do Pará**. Vol.16, 2 semestres, 2012, p.99-126.

NUNES, Francivaldo Alves. **Imigrantes, nacionais e o imaginário de braços para a lavoura brasileira oitocentista**. In: Brito, Adilson J.I. e BASTOS, Carlos Augusto (ORGS). Entre extremos: experiências fronteiriças e transfronteiriças nas regiões do Rio Amazonas e do Rio Prata – América latina, séculos XVI-XX. Curitiba: Ed.CRV, 2018.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Edição, Campinas, SP: Ponies, 2009.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionário da língua brasileira**. Typographia de Silva, Ouro Preto; 1832. Disponível em: digital.bbm.usp.br

REIS, Francisco Sotero dos. **Biographia dos brasileiros illustres pelas sciencias, letras, armas e virtudes: Eduardo Olympio Machado**. In: Revista do Instituto Histórico e Geographicos do Brazil. TOMO XIX, Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1856, p.613

RICCI, Magda; DE SOUZA, Sueny Diana Oliveira. **Distantes de todos, vivendo por si: uma história das estradas, das viagens e dos moradores na fronteira sul da Amazônia entre 1750 e 1850**. In: Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, v. 18, n. 3, p. 1213-1233, 2014.

ROCHA, Elaine Pereira. **Antes índio que negro**. Dimensões, n. 18, 2006

SANTOS, Roseli dos. **Terras e liberdade- Uma recompensa pela escravidão? Barbacena (1850- 1888)**, São João del Rei, 2005.

SOUZA, Sueny Diana Oliveira de. **Usos da fronteira: terras, contrabando e relações sociais no Turiaçu (Pará - Maranhão, 1790-1852)**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2016.

VIVEIROS, Jerônimo. **História do comércio do Maranhão: 1612-1895**. Academia Maranhense de Letras. Ed. Da associação comercial do Maranhão, São Luiz, 1954.

## **FONTES**

JORNAL PUBLICADOR MARANHENSE. 10 de julho de 1844; 22 de novembro de 1853; 13 de maio de 1843; 11 de março de 1847, p.2.

TREZE DE MAIO. 21 de agosto de 1855, p.2. e 3.

O OBSERVADOR. 19 de julho de 1849.

O PROGRESSO. 11 de setembro de 1853.

O ESTANDARTE. 5 de novembro de 1855.

ANAIS DOS PARLAMENTARES. Livro 5 de 1848, p.181; Livro 4 de 1843; Livro 2 de 1847, p.124 a 130.

DIARIO DA CAMARA DOS DEPUTADOS, sessão de 22 de maio de 1840, p.414-419.

RELATÓRIO PROVINCIAL DO MARANHÃO. Anos 1841, e 1850.

RELATÓRIO PROVINCIAL DO PARÁ. 1841, 1842, e 1848.

Figura baseada nos seguintes mapas:

VILLIERS DE L'ILE-ADAM, J. de. **[Cartas toprelaographicas e administrativas das provincias do Brasil]**. Rio de Janeiro, RJ: Garnier, [1852]. 1 atlas, 16 mapas col. (2 dobrados), 72cm. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart67925/cart67925.htm](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart67925/cart67925.htm).

Acesso em: 6 jan. 2021. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart67925/cart67925.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart67925/cart67925.pdf). Acesso em: 6 jan. 2021.